

**Estado do Ceará**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ**

Lei Municipal n.º 0506/2009, de 23 de junho de 2009.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
DO MUNICÍPIO DE COREAÚ/CE PARA O  
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010 E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE COREAÚ – ESTADO DO CEARÁ,**

**FAÇO** saber que a Câmara Municipal APROVOU e EU SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei Municipal:

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Ficam estabelecidas nos termos desta Lei Municipal em cumprimento ao disposto no Art. 165, § 2º da Constituição Federal, Lei Complementar Nº. 101, de 04 de maio de 2000 e a LOM, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2010, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública Municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo, compreendidas os créditos adicionais;

IV - as diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre receitas públicas municipais e alterações na legislação tributária;

VI - as disposições relativas às despesas do município com pessoal, encargos sociais e precatórios trabalhistas;

VII - das disposições sobre a dívida pública municipal;

VIII - das metas fiscais; e

IX - as disposições finais.

**CAPÍTULO I**

**PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 2º** - As prioridades e metas definidas no Anexo I – Demonstrativo de Projeto e Atividades, serão observadas quando da elaboração e execução do Orçamento Municipal, visando:

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

I - **APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA** - através do reaparelhamento, modernização e melhoria das atividades meio da administração pública municipal, fortalecendo a estrutura administrativa através da melhoria nos seguintes aspectos:

- a) **Recursos Humanos** - valorização e treinamento dos servidores públicos municipais;
- b) **Contas Públicas** - planejamento, controle, publicidade e equilíbrio nas Contas Públicas municipais;
- c) **Recursos Materiais e Logísticos** - planejamento e racionalização dos processos administrativos e controle no consumo de materiais de expediente.

II - **MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO** - através da elevação dos padrões de vida da população, que envolve as atividades fim da administração pública:

- a) Elevação dos padrões educacionais, com ênfase para o ensino fundamental;
- b) Garantia do acesso aos programas básicos de saúde e saneamento básico;
- c) Garantia de inclusão social do Município através das áreas de assistência social, segurança pública, cultura, lazer e direitos da cidadania.

III - **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FOMENTO AO TRABALHO** - Mediante o fortalecimento e desenvolvimento das potencialidades comerciais, industriais, agropecuárias e de serviços no Município, com vistas à geração de emprego e renda.

### CAPÍTULO II

#### ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

**Art. 3º** - O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício de **2010** deve assegurar os princípios da justiça, incluída a tributária, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, observando o seguinte:

I - o princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do Município, bem como combater a exclusão social;

II - o princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento dos orçamentos; e

III - o princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização de meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

**Art. 4º** - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município,

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da fazenda Municipal.

**Art. 5º** - Para efeitos desta lei, entende-se por:

- I - **DIRETRIZ**: conjunto de princípios que orienta a execução do Programa de Governo;
- II - **PROGRAMA**: o instrumento de organização da atuação governamental visando a realização dos objetivos pretendidos, sendo definidos por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- III - **ATIVIDADE**: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de maneira contínua e permanente resultando em um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- IV - **PROJETO**: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resultam um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;
- V - **OPERAÇÃO ESPECIAL**: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resulta um período e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - **MODALIDADE DE APLICAÇÃO**: a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários;
- VII - **ÓRGÃO**: a divisão setorial da Administração Municipal conforme estrutura organizacional; e
- VIII - **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA**: o menor nível de classificação institucional, agrupada conforme os órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.
- § 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificados os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
- § 2º - As atividades e projetos poderão ser desdobrados em subtítulos, unicamente para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades para o respectivo título.
- § 3º - Cada atividade e projeto identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.
- § 4º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades ou projetos e respectivos subtítulos.

### CAPÍTULO III

#### OS RECURSOS CORRESPONDENTES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DESTINADAS AO PODER LEGISLATIVO, COMPREENDIDOS OS CRÉDITOS ADICIONAIS

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

**Art. 6º** - Para fins do disposto neste capítulo, o Poder Legislativo Municipal encaminhará ao Poder Executivo até 30 (trinta) dias do prazo previsto no § 5º, Art. 42, da Constituição Estadual, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentário anual observadas as disposições desta lei.

**Art. 7º** - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesa em **2010**, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual definido pelo Art. 29-A da Constituição da república, que será calculado sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferidos em 2009, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§ 1º - Para efeitos do cálculo a que se refere o caput deste artigo, considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação ate o final do exercício.

§ 2º - Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para elaboração do orçamento:

I - caso efetivamente realizada situa-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no poder Executivo;

II - caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, o Poder Executivo abrirá crédito adicional suplementar para reforço das dotações do Poder Legislativo, visando garantir o repasse mínimo em percentual de 8% (oito por cento) sobre as receitas tributárias e transferências decorrentes de impostos, realizadas no exercício de **2009**.

**Art. 8º** - Para os efeitos do Art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes as dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, observados os limites anuais sobre a receita tributária e de transferências de que trata o Art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2005, ou, sendo esse valor superior ao orçamento do Legislativo, o limite de seus créditos orçamentários.

**Art. 9º** - o repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancaria da Câmara Municipal.

**Art. 10** - A execução orçamentária do legislativo será independente, mas bimestralmente se consolidará a execução orçamentária do executivo para elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, conforme Lei Complementar nº 101/2000.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O Poder Legislativo Municipal remeterá ao Setor Central de Contabilidade do Poder Executivo, até 20 (vinte) dias após o encerramento de cada bimestre, os seguintes documentos:

- a) balancete financeiro;
- b) demonstrativo da receita; e
- c) demonstrativo da despesa empenhada, liquidada e paga.

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

##### SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 11** - A elaboração da proposta orçamentária do Município obedecerá as seguintes diretrizes gerais, sem prejuízos das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal:

I - o montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas;

II - os dispêndios como o serviço da dívida pública, de pessoal e encargos, e manutenção de atividades, terão prioridade sobre as ações de expansão;

III - Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre os novos projetos, bem, como emendas remanescentes dos vereadores aprovados no exercício anterior, exceto quando os projetos novos forem exigidos por circunstâncias imprevistas;

IV - o Município aplicará nos termos do artigo 212 da Constituição Federal, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de suas receitas resultantes de impostos, compreendidas as provenientes de transferências, na manutenção e desenvolvimento de ensino, assegurando prioridade ao atendimento das necessidades do ensino fundamental;

V - o Município cumprirá o princípio constitucional de que trata a Emenda nº 29/2000, de investir 15% (quinze por cento) na manutenção das ações e serviços de saúde;

VI - os valores destinados às fundações, aos fundos e as autarquias e demais entidades de Administração, contemplados com recurso de orçamentos públicos municipal, serão repassados de forma duodécimo, observando-se que destinação de recursos para ações que visam a proteção da criança e de adolescente seja de absoluta prioridade nos termos do Art. 40, PARÁGRAFO ÚNICO, alíneas "c" e "d" da lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

VII - a abertura de créditos adicionais suplementares no orçamento para o exercício financeiro de **2010**, ocorrerá nos termos do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64 e será definida em percentual no limite mínimo de 3/5 (três quintos) e o máximo correspondente ao montante da receita anual prevista na proposta orçamentária.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Na sistemática de elaboração do orçamento **2010** a previsão de receitas e fixação de despesa será a preços de julho de **2009**, já com a perspectiva de elevação monetária até 1º de janeiro de **2010**, tomado como base variação percentual da receita efetivada entre 1º de agosto e 31 de dezembro de **2009**.

**Art. 12** - O Orçamento anual abrangerá os poderes executivo, legislativo, órgãos e entidades da administração direta e indireta, respeitando prioritariamente as emendas aprovadas e não atendidas dos vereadores, em caso de existência, correspondentes do exercício anterior, considerando a dotação

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

orçamentária suficiente para sua execução, e sempre que possível, as indicações oriundas da participação popular, usando como parâmetro o critério regionalizado para aplicação das receitas previstas para o investimento em cada ano.

**Art. 13** - Os orçamentos fiscais e da seguridade discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, entendida como tal o subtítulo previsto no § 2º do artigo 1º, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação e a fonte de recursos;

**Art. 14** - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

**Art. 15** - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal e a respectiva lei será constituída de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados e detalhados por fundo, quando for o caso;

III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida na Lei Federal nº 4.320/64.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no Art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I - evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminação cada imposto e contribuição de que tratam os Arts. 156, 157, 158 e 159 da Constituição Federal;

II - evolução da despesa do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas e grupos de despesa;

III - resumo das receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

IV - resumo das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

V - receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº 4.320, de 1964;

VI - receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei nº 4.320, de 1964, identificado a fonte de recurso correspondente a cada natureza de receita e o orçamento a que pertencem;

VII - despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por fontes de recursos e grupos de despesa:

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

VIII – despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa, e grupo de despesa;

IX – recursos do Tesouro Municipal, diretamente arrecadados, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, por órgão;

X - resumo das fontes de financiamento e da despesa do orçamento de investimento, segundo órgão, função, subfunção e programa;

XI – fontes de recursos por grupos de despesas; e

XII – despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social segundo os programas de governo, com os seus objetivos e indicadores para aferir os resultados esperados, detalhado por atividades e projetos, e unidades orçamentárias executoras.

**Art. 16** - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

**Art. 17** - As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independente da unidade executora.

**Art. 18** – São órgãos municipais definidos na estrutura organizacional do Município, e que serão levados em consideração para efeitos de atendimento do Sistema de Informações Municipais - SIM:

### I – PODER LEGISLATIVO

#### a) UNIDADE DE AÇÃO LEGISLATIVA:

- Órgão 01: Câmara Municipal

### II – PODER EXECUTIVO:

#### a) UNIDADES EXECUTIVAS DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR:

- Órgão 02: Gabinete do Prefeito; e
- Órgão 03: Gabinete do Vice-Prefeito.

#### b) UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ATIVIDADE – MEIO:

- Órgão 04: Secretaria de Administração e Finanças;
- Órgão 05: Secretaria de Planejamento.

#### c) UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ATIVIDADE – FIM:

- Órgão 06: Secretaria Municipal de Infra-Estrutura;
- Órgão 07: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- Órgão 08: Secretaria Municipal de Rodovia e Transporte;
- Órgão 09: Secretaria Municipal de Cultura;
- Órgão 10: Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer;
- Órgão 11: Secretaria Municipal de Educação Básica;
- Órgão 12: Secretaria Municipal de Saúde; e
- Órgão 13: Secretaria Municipal de Assistência Social.

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

**Art. 19** - São **UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS** para efeitos de planejamento governamental, e que também serão levadas em consideração para efeitos de atendimento do Sistema de Informações Municipais - SIM:

Órgão	Unidade Orçamentária
01 – Câmara Municipal de Coreaú	001 – Câmara Municipal de Coreaú
02 – Gabinete do Prefeito	001 – Gabinete do Prefeito
03 – Gabinete do Vice-Prefeito	001 – Gabinete do Vice-Prefeito
04 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças	001 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
05 – Secretaria Municipal de Infra-Estrutura	001 – Secretaria Municipal de Infra-Estrutura
06 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	001 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
7 – Secretaria Municipal de Rodovia e Transporte	001 – Secretaria Municipal de Rodovia e Transporte
08 – Secretaria Municipal de Cultura	001 – Secretaria Municipal de Cultura
09 – Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer	001 – Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer
10 – Secretaria Municipal de Educação Básica	001 – Fundo Municipal de Educação 002 – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB
11 – Secretaria Municipal de Saúde	001 – Fundo Municipal de Saúde
12 – Secretaria Municipal de Assistência Social	001 – Fundo Municipal de Assistência Social 002 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

**Art. 20** - São **UNIDADES GESTORAS DESCENTRALIZADAS** em plena atividade:

I – CÂMARA MUNICIPAL DE COREAÚ;

II – PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ (Fundo Geral);

III – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

IV – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – FUNDEB;

V – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

VI – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; E

VIII – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**Art. 21** - Por iniciativa exclusiva do Poder Executivo, poderá haver através de legislação específica a extinção ou a criação de Órgãos, Fundos Especiais e Entidades da Administração Direta e Indireta, ou ainda sua indexação ao Fundo Administrativo Geral.

**Art. 22** - As receitas e as despesas dos Fundos serão estimadas e programadas de acordo com suas próprias receitas e dotações previstas no orçamento municipal, garantindo percentuais mínimos das receitas correntes não vinculadas previstas em Lei, para sua manutenção e funcionamento.

**Art. 23** - As eventuais modificações e alterações da estrutura da Administração Direta e Indireta, realizada até a aprovação do orçamento, serão consideradas quando a elaboração do mesmo.



# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

**Art. 24** - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária para **2010** deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada um dessas etapas, bem como levar a conta a obtenção dos resultados fiscais previstos na Lei Complementar nº 101/2000, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para atender ao Art. 8º da Lei Complementar nº 101/200, o Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes no mesmo, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

### SEÇÃO II

#### DAS TRANSFERÊNCIAS ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

**Art. 25** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovado pela Câmara Municipal, a qual poderá delegar poderes de acompanhamentos ao respectivo conselho municipal.

**Art. 26** - A transferência de recursos públicos para pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no Art. 14 da lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I - a necessidade deve ser momentânea e recair sobre entidade cuja ausência de atuação do poder público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou ainda, representar prejuízo para o município.

II - Incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços nos termos do que dispuser a legislação municipal.

### SEÇÃO III

#### DAS TRANSFERÊNCIAS ÀS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

**Art. 27** - O município poderá conceder ajuda financeira, até o limite fixado de 2% (dois por cento) das receitas correntes, a entidades privadas sem fins lucrativos, voltados a educação, educação especial, saúde, assistência e promoção social, cultura e ao esporte, respeitados ou pareceres prévios dos respectivos Conselhos Municipais, desde que constem no orçamento aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores ou venham a ser beneficiadas através de lei específica durante a execução do orçamento.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As transferências de recursos do Município, consignadas na Lei orçamentária Anual, para as instituições, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas exclusivamente mediante convenio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente, ressalvadas aquelas decorrentes de recursos originários da repartição de receitas previstas em legislação específica, as repartições de receitas tributárias, as operações de

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

créditos para atender a estado de calamidade pública legalmente conhecido por ato do Poder Executivo, e dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, desde que não esteja inadimplente com:

I - o fisco da união, inclusive com as contribuições de que tratam os arts. 195 e 239 da Constituição.

II - a contribuições para o fundo de garantia por tempo de serviço;

III - a prestação de contas relativas a recursos anteriormente recebidos da administração pública municipal, através de convênios, acordos e ajuste, subvenções, auxílios e similares; e

IV - fazenda municipal.

**Art. 28** - No Orçamento do Município aprovado pela Câmara de Vereadores os auxílios contemplados à conta contribuições correntes em favor de entidades filantrópicas, serão repassadas mensalmente pela Administração Direta, ou dos Fundos Municipais correspondentes, dispensados da autorização Legislativa.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Não poderá ser concedida ajuda financeira a entidades que por prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento dos recursos estejam em débito com a prestação de contas.

### SEÇÃO IV

#### DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL

**Art. 29** - O orçamento fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento e fixará as despesas dos poderes Legislativo e Executivo, bem como as de sue órgãos, autarquias, fundações e fundos municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas do governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

**Art. 30** - Na estimativa da receita e na fixação da despesa do orçamento fiscal serão considerados:

I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;

II - o aumento ou a diminuição dos serviços prestados e a tendência do exercício; e

III - as alterações tributárias, conforme disposições constantes nesta lei.

### SEÇÃO V

#### DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

**Art. 31** - O orçamento da seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, dentre outros, como os recursos provenientes:

I - das receitas diretamente arrecadadas pelas entidades que integram exclusivamente os orçamentos de que trata esta seção;

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

II - de transferências de contribuição do município;

III - de transferências constitucionais; e

IV - de transferências de convênios.

### CAPÍTULO V

#### DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA PÚBLICA MUNICIPAL E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

##### SEÇÃO I DA PREVISÃO E DA ARRECADAÇÃO

**Art. 32** - A Unidade Gestora Prefeitura Municipal (FUNDO GERAL), será centralizadora das receitas decorrentes de impostos, compreendidas as provenientes de transferências constitucionais, e poderá transferir recursos financeiros do Tesouro Municipal para todos os Órgãos, Fundos Especiais e Entidades da Administração Direta e Indireta, ficando de já delegada aos gestores municipais a competência de efetuarem retenções nas fontes de tributos municipais por ocasião da realização de pagamentos a credores.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Constituem Receitas do Município, aquelas Provenientes de:

I - Tributos de sua competência;

II - Atividades Econômicas que por conveniência possa vir executar;

III - Transferência por força de mandamento constitucional ou de convênio firmado com entidades governamentais e privadas, nacionais ou internacionais;

IV - Empréstimos tomados para antecipação de receitas de serviços mantidos pela Administração Municipal; e

V - Receitas Diversas.

**Art. 33** - A Administração do Município despenderá esforços no sentido de diminuir o volume da dívida ativa inscrita, de natureza tributária e não tributária.

**Art. 34** - As receitas abrangerão a receita tributária, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo estado, nos termos da Constituição Federal, e de acordo com a classificação definida pela Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As receitas previstas para o exercício de **2010** serão calculadas acrescidas de índice inflacionário previsto nos últimos doze meses, mais a tendência e comportamento da arrecadação municipal mês a mês e a expectativa de crescimento vegetativo, além da média ponderada dos últimos três exercícios financeiros, conforme demonstrativo estatístico de previsão de receitas e anexo, que é a parte integrante desta lei.

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

**Art. 35** – Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual poderão ser considerados os efeitos de alteração na legislação tributária promovidas pelos Governos Federal e Estadual, ou por projeto de lei municipal que vier a ser aprovado.

**Art. 36** - Na previsão da receita orçamentária, serão observados:

- I - as normas técnicas e legais;
- II - os efeitos das alterações na legislação;
- III - as variações de índices de preço; e
- IV - o crescimento econômico do País.

**Art. 37** – O Poder Executivo Municipal enviará ao poder legislativo municipal, com no mínimo trinta dias de antecedência do prazo final para encaminhamento da proposta orçamentária, as estimativas das receitas para o exercício de **2010**, incluindo-se a corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, conforme disposto no parágrafo 3º, Art. 12, da Lei complementar nº 101/2000.

### SEÇÃO II

#### DAS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 38** - O Poder Executivo promoverá estudos visando a introduzir as seguintes modificações na legislação tributária do Município:

I - atualizar o Cadastro Imobiliário e Fiscal do Município, dotando-o de informações que assegurem a justiça fiscal nos lançamentos e cobranças dos impostos municipais;

II - rever os critérios de cobrança das taxas para adequá-las ao custo real dos serviços que constituem respectivos fatos geradores.

III - ajustar a legislação tributária vigente aos novos ditames impostos pela constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município;

IV - adequar a tributação em função das características próprias do Município e em razão das alterações que vêm sendo processadas no contexto da economia nacional;

V - Dar continuidade ao processo de modernização e simplificação do sistema tributário municipal; e

VI - Atingir as metas dos resultados fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 39** – Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária do Município, cabendo à administração o seguinte:

I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - a expansão do número de contribuintes; e

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

III - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

**Art. 40** - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos na Dívida, cujos para a cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei e remessa da relação dos mesmos à Câmara Municipal não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no parágrafo 3º do Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### SEÇÃO III

#### DA RENÚNCIA DE RECEITA

**Art. 41** - Caso haja a necessidade de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária do qual decorra renúncia de receita, esta deverá ser demonstrada juntamente com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o ano **2010** e dos dois exercícios seguintes:

**§ 1º** - As situações previstas no caput deste artigo para a concessão de renúncia de receita deverão atender a uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo Poder Executivo Municipal que a renúncia foi considerada na estimativa da receita da lei orçamentária anual, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstos pelo município;

II - estar acompanhada de medidas de compensação no ano de **2010** e nos dois seguintes, por meio de aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos e contribuições.

**§ 2º** - A renúncia de receita prevista no parágrafo anterior compreende a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique a redução de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

### CAPÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

**Art. 42** - As despesas com pessoal ativo e inativo da Administração Direta e Indireta do Poderes Executivo e Legislativo, não ultrapassarão a 60%(sessenta por cento) do valor das receitas correntes líquidas, limitado em 6% (seis por cento) o gasto com pessoal ativo e inativo do Poder Legislativo de conformidade com o disposto no Artigo 20, III, "a", da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

**§ 1º** - No limite estabelecido neste artigo, incluem-se as despesas com remuneração de pessoal, proventos de aposentadoria e pensões, anistia de faltas de servidores por motivos de paralisações coletivas de trabalho, obrigações patronais e remuneração do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores.

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

**§ 2º** - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estruturas de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades de administração direta e indireta só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas até o final do exercício, obedecendo ao limite fixado no "caput" deste artigo, verificada dentre outras, a seguintes condições:

- I - existirem cargos e empregos públicos com vagas e preencher; e
- II - se houver vacância no decorrer do exercício.

**Art. 43** - Na fixação das despesas com pessoal o Município levará em conta a possível realização de concurso público para atendimento da carência de pessoal, ficando concedida nesta Lei prévia autorização para referido processo de seleção e contratação de novos servidores públicos municipais.

**Art. 44** - Para fins de atendimento ao disposto no Art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, ficam autorizados as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, com estrito respeito ao artigo anterior.

**Art. 45** - A realização de serviço extraordinário, se a despesa com pessoal houver atingido o limite prudencial previsto na Lei Complementar nº 101/2000, somente poderá ocorrer quando destinado ao atendimento do relevante interesse público que sejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

**Art. 46** - O disposto no § 1º do Art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeitos do **caput** deste artigo, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórios, instrumentos ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

**Art. 47** - A inclusão de recursos na lei orçamentária do exercício próximo futuro, para o pagamento de precatórios, tendo em vista o disposto no Art. 78 do ADCT, será realizada de acordo com os seguintes critérios:

I - nos precatórios não-alimentícios, os créditos individualizados, cujo valor seja superior à R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão objeto de parcelamento em dez parcelas iguais, mensais e sucessivas;

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

II - os precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da emissão na posse, cujos valores ultrapassem o limite disposto no inciso anterior, serão divididos em dez parcelas, iguais, mensais e sucessivas;

III - os juros legais, à taxa de seis por cento ao ano, serão acrescidos aos precatórios objeto de parcelamento.

### CAPÍTULO VII

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 48** - A lei orçamentária Anual para o exercício de **2010** poderá conter autorização para contratação de Operações de Créditos para atendimento à despesa de capital, observando o limite de endividamento apurado até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, conforme exigências constantes nos Arts. 30, 31 e 32 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 49** - A contratação de operações de Créditos dependerá de autorização legislativa em lei específica, consoante Art. 32 da Lei de responsabilidade Fiscal.

**Art. 50** - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Art. 40 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações restringidas nesta lei.

**Art. 51** - É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade específica.

### CAPÍTULO VIII

#### DAS METAS E DOS RISCOS FISCAIS

**Art. 52** - As metas e riscos fiscais definidos na Lei Complementar 101/2000 serão demonstrados nos anexos desta Lei Municipal.

**Art. 53** - As metas fiscais compreendendo os Resultados, Dívida, Patrimônio, Renúncia de Receita e Despesa Obrigatória nos termos da Lei Complementar 101/2000, §§ 1º e 2º, Incisos III e V do artigo 4º, consolidando todos os Poderes e Órgãos municipais.

**Art. 54** - Os valores constantes do Anexo de Metas e Prioridades, devem ser vistos como indicativos e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a adequar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de **2010** ao Legislativo Municipal.

### CAPÍTULO IX

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

**Art. 55** A elaboração do projeto do orçamento e sua respectiva execução deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade as informações relativas a cada uma dessas etapas.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Serão divulgados na internet pelo Poder Executivo:

I - as estimativas das receitas de que trata o Art. 12, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II - a lei orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares;

III - as contas públicas em geral, conforme legislação específica.

**Art. 56** - O Poder Executivo Municipal, usando da faculdade que lhe atribui a Lei Complementar Federal nº 101/2000, publicará no prazo de trinta dias após o encerramento da cada bimestre e quadrimestre, os relatórios resumidos de execução orçamentária e relatórios de gestão fiscal, respectivamente.

**Art. 57** - As prioridades e os objetivos dos projetos e atividades para o exercício financeiro de **2010** serão aqueles contidos **Anexo I** da presente lei.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Na elaboração do orçamento programa para o exercício financeiro de **2010**, o planejamento contido no Orçamento Programa 2009 será monetariamente atualizado em até 30% (trinta por cento), de modo a assegurar a projeção continuada de 04 (quatro) anos, observando o disposto no PARÁGRAFO ÚNICO do Art. 23 da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 58** - O Poder Executivo firmará convênios com outras esferas do governo, entidades particulares ou públicas, visando o desenvolvimento do programa do governo, notadamente os que versarem sobre recursos a fundo perdido.

**Art. 59** - Nos termos do Inciso III do Art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000, o Orçamento da administração Direta e Indireta, seus Fundos, Órgãos e Entidades constituirá **RESERVA DE CONTINGÊNCIA** de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida estimada, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Art. 60** - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovação de suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do **caput** deste artigo.

**Art. 61** - O Poder Executivo poderá contribuir, através da aquisição direta de bens e serviços, cessão de pessoal ou repasse de recursos financeiros, para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante a celebração de convênio, acordo, ajuste ou congêneres, conforme determina o Art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 62** - O Poder Executivo poderá celebrar convênios com entidades assistenciais, educacionais, de saúde, culturais, segurança ou outras, desde que não possuam finalidade lucrativa e que sejam idôneas.



# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

**Art. 63** - Serão consideradas legais, as despesas com multas, juros e outros acréscimos decorrentes de eventual atraso no pagamento de compromissos por insuficiência de caixa e/ou necessidade de priorização do pagamento de despesas imprescindíveis ao pleno funcionamento das atividades e execução dos projetos da administração municipal.

**Art. 64** - Caberá aos Órgãos de Administração e Finanças do município, o acompanhamento e a coordenação da elaboração dos orçamentos de que trata a presente Lei.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As Emendas à Lei do Orçamento, depois de aprovadas em segunda votação, serão encaminhadas aos setores de que trata caput deste artigo, para processamento e envio dos relatórios respectivos ao Legislativo, para propiciar a preparação da redação final.

**Art. 65** - Os valores constantes dos Anexos de Metas e Riscos Fiscais, devem ser vistos como indicativos e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a adequar a trajetória que as determine. É o envio do projeto de lei orçamentária de **2010** ao Legislativo Municipal.

**Art. 66** - Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I - a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

II - a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;

III - as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta autárquica e fundamental, inclusive empresa estatal dependente;

IV - as receitas e as despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;

V - as operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor;

VI - a demonstração das variações patrimoniais dará destaque a origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos;

VII - As disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, ainda que vinculadas a fundos específicos a que se referem os arts. 249 e 250 da Constituição, ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

VIII - É vedada a aplicação das disponibilidades de que trata o inciso VII em:

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

a) títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo respectivo ente da Federação; e

b) empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Público, inclusive a suas empresas controladas.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A Fazenda Municipal manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

**Art. 67** – A Fazenda Municipal manterá registro atualizado dos inadimplentes os quais são impedidos de licitar ou contratar com o Município, sendo vedado o encontro de contas no ato do pagamento a qualquer credor.

**Art. 68** – Para efeito na base de cálculo das transferências de recursos que o Município esteja obrigado a efetuar, excluem-se as receitas com destinação específica proveniente de convênios, ajustes ou acordos e demais disposições da Lei Complementar nº. 101/00, de 04.05.2000 (LRF), para a obtenção da receita geral líquida.

**Art. 69** – A partir do 10º dia do início do exercício de **2010**, o Município poderá contratar operações de créditos internas por antecipação da receita, destinadas a atender a insuficiência de caixa, a qual deverá ser quitada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro do exercício a que se refere a presente lei, observadas as disposições da Lei Complementar 101/00.

**Art. 70** – A prestação de contas anual do Município incluirá relatório de sua execução na forma e detalhamento apresentado na Lei Orçamentária anual.

**Art. 71** – Os projetos de lei de créditos adicionais especiais, a qualquer tempo serão solicitados ao Poder Legislativo, ressalvado o disposto no art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Os créditos adicionais especiais abertos nos últimos quatro meses do exercício terão vigência automática no exercício seguinte, desde que decretada sua validade até o encerramento do último expediente do exercício.

**Art. 72** – São vedados quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovação e insuficiência de disponibilidade de dotação orçamentária.

**Art. 73** – O Poder Executivo publicará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da data de publicação da lei orçamentária anual, os quadros de detalhamento da despesa, por órgão e unidade orçamentária integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, a categoria econômica, o grupo de despesa e a modalidade de aplicação por elemento de despesa;

**§ 1º** – É vedado aos responsáveis pelas contas de gestão, empenhar despesas acima das disponibilidades financeiras mensais do respectivo órgão, liberadas conforme a programação financeira e o cronograma de desembolso, cumprindo atender, rigorosamente, a ordem cronológica dos pagamentos segundo a liquidação da despesa, e, restituir à Fazenda Municipal os saldos financeiros por acaso existentes, até o ato do encerramento do expediente do dia 31 (trinta e um) de dezembro do exercício de trata a presente lei.

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

§ 2º - O pagamento da despesa pública será efetuado pelo seu valor bruto, devendo o responsável por ele, descontar na fonte e recolher a Fazenda Municipal até o encerramento do expediente bancário e, em moeda corrente do País, as receitas dele geradas, utilizando para o competente recolhimento o Documento de Arrecadação Municipal - DAM, o qual somente terá validade quando autenticado pelo agente público ou bancário autorizado.

**Art. 74** - O Sistema de Contabilidade emitirá relatórios sintéticos e analíticos das contas de gestão.

§ 1º - Os relatórios de que trata o *caput* deste artigo conterão a execução mensal dos orçamentos fiscal e da seguridade social, classificada segundo:

I - grupo de receita;

II - grupo de despesa;

III - fonte;

IV - órgão;

V - unidade orçamentária;

VI - função;

VII - programa;

VIII - subprograma; e

IX - detalhamento por elemento da natureza da despesa.

§ 2º - Integrará o conjunto de relatórios, a movimentação da execução orçamentária, financeira e patrimonial, discriminado para cada um dos níveis referidos no parágrafo anterior:

I - o valor constante da Lei Orçamentária Anual;

II - o valor inicial da Lei Orçamentária Anual e os créditos adicionais aprovados;

III - valor previsto da receita;

IV - valor arrecadado da receita;

V - valor empenhado no mês;

VI - o valor empenhado até o mês;

VII - o valor pago no mês;

VIII - o valor pago até o mês;

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

IX - o valor anulado;

X - o controle das contas bancárias;

XI - a contabilidade sintética pelo método das partidas dobradas;

XII - a contabilidade analítica por conta; e

XIII - a movimentação patrimonial.

§ 3º - O relatório de execução orçamentária não conterà duplicidade, eliminando-se os valores correspondentes às transferências intragovernamentais.

§ 4º - O relatório discriminará as despesas com o pessoal e encargos sociais, de modo a evidenciar os quantitativos despendidos com os vencimentos de vantagens, encargos com pensionistas e inativos e encargos sociais.

§ 5º - Além da parte relativa à despesa, o relatório de que trata o caput deste artigo conterà demonstrativo de execução da receita, de acordo com a classificação constante do anexo II da Lei nº. 4.320/64, incluindo o valor estimado e o arrecadado no mês, e acumulado no exercício, bem como informações sobre eventuais reestimativas.

**Art. 75** - O setor competente, após a publicação da Lei Orçamentária Anual, divulgará, para efeito das contas de gestão, os **fundos e entidades que integrarão os orçamentos conforme definição no Art. 20 desta Lei Municipal**, o seguinte:

I - fontes de recursos para atender aos programas de trabalho;

II - quadros demonstrativos da especificação dos programas de trabalho;

III - quadros demonstrativos da natureza de despesa, detalhada no mínimo por elemento;

IV - quadro dos valores das cotas trimestrais; e

V - quadro do cronograma de desembolso financeiro.

§ 1º - A Fazenda Municipal, durante a execução orçamentária, apresentará às gestões administrativas, até 5º (quinto) dia útil de cada mês vincendo, o mínimo de recurso financeiro disponível para o atendimento das respectivas despesas, de acordo com a programação financeira e o cronograma de desembolso.

§ 2º - O cronograma de desembolso será mensalmente reavaliado com base na efetiva arrecadação, considerando as alterações orçamentárias decorrentes de abertura de créditos adicionais e outras conveniências administrativas devidamente justificadas.

§ 3º - Observado cumprimento dos percentuais constitucionais estabelecidos e sem prejuízo das obrigações relativas à dívida pública consolidada, o Poder Executivo poderá manter como depósito financeiro contingencial, o equivalente até 20% (vinte por cento) da arrecadação, destinado à aplicação

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

de contrapartidas de convênios e na execução de objetivos estratégicos previstos na Lei Orçamentária, considerado ainda, os seguintes provisionamentos legais para o atendimento das seguintes obrigações:

- I - sentenças judiciais;
- II - cobrir financeiramente a Reserva de Contingência;
- III - os riscos fiscais;
- IV - os dispêndios com férias de servidores;
- V - os dispêndios com o décimo terceiro salário de servidores; e,
- VI - oscilação da arrecadação a menor.

**Art. 76** - Para fins do disposto no parágrafo 3º, do artigo 15, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), considera-se como despesas irrelevantes, os valores limites estabelecidos no inciso I e II, do artigo 14, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**Art. 77** - O Poder Executivo e Legislativo utilizarão o sistema eletrônico de processamento de dados em meio magnético rígido e/ou flexível para escrituração e apresentação de matéria contábil relativa à execução orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, inclusive para fazer prova junto aos órgãos de fiscalização com relação a sua obrigação mensal e/ou anual de prestar contas, procedendo às movimentações contábeis, registros dos seus controles internos e o reforço orçamentário às dotações até seu respectivo montante, inclusive na consolidação geral das contas do exercício.

**§ 1º** - O Poder Executivo informatizará em modo multiusuário os sistemas computadorizados dos controles internos, disponibilizando-o às contas de gestões, e sua publicação e transparência das contas públicas com ênfase para a grande rede de computadores - a Internet - em sítio próprio ou de órgão do sistema de controle externo Federal e/ou Estadual.

**§ 2º** - As contas dos Poderes Executivo e Legislativo serão consolidadas em 31 de dezembro do exercício a que se refere a presente lei, exceto se ocorridas as seguintes hipóteses:

- I - se a despesa da Câmara Municipal for maior que os valores dos duodécimos transferidos;
- II - se os impostos gerados nas fontes provenientes dos pagamentos efetuados pela Câmara Municipal não houver sido recolhidos à Fazenda Pública, até 31 de dezembro; e
- III - se as obrigações da Câmara Municipal com a seguridade social, compreendendo as patronais e a receita extra-orçamentária, provenientes dos descontos dos servidores, não houver sido recolhidas à conta estabelecida no § 1º, do art. 43 da Lei de Responsabilidade Fiscal, até 31 de dezembro;

**§ 3º** - Os saldos e prestações de contas dos adiantamentos a servidores 45 (quarenta e cinco) dias antes do encerramento do exercício serão apresentados à Fazenda Pública até 20 de dezembro do exercício a que se refere a presente lei, sob pena dos responsáveis serem inscritos na conta Diversos Responsáveis, sem prejuízo das cominações legais previstas em lei e regulamentos.

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

**§ 4º** - Os responsáveis pelas contas de gestões, até o dia 15 do mês subsequente e a cada bimestre do exercício, apresentarão à Fazenda Municipal, balancetes mensais e relatórios da gestão orçamentária e fiscal, respectivamente, para efeito de consolidação das contas gerais em cumprimento das disposições estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal das contas de governo.

**Art. 78** - Para o inteiro cumprimento das disposições desta lei, o Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder ao bloqueio de saldos de dotações orçamentárias e de contas bancárias dos órgãos da sua estrutura administrativa, quando verificado o excesso de gastos ou por conveniências administrativas devidamente justificadas, assim como poderá alterar a liberação de recursos anteriormente planejada, sem prejuízo do cumprimento das obrigações constitucionais.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - É estabelecido o limite cem por cento da previsão da receita para abertura de créditos adicionais suplementares, desde que haja fundos suficientes para suportá-la, podendo ser utilizados os fundos previstos no § 3º do art. 9º desta lei e a anulação de quaisquer modalidades de créditos, observadas as demais normas estabelecidas nesta lei.

**Art. 79** - A proposta orçamentária somente comportará emendas modificativas, inclusive para a inserção de novas atividades ou novos projetos orçamentários.

**Art. 80** - Ficam expressamente vedadas ao projeto de lei orçamentária a apresentação de emendas que:

- I - reduzam o montante da receita prevista e da despesa fixada;
- II - suprimam artigos, incisos e parágrafos do texto original do projeto de lei; e
- III - excluam atividades ou projetos da proposta orçamentária pelo projeto de lei original.

**Art. 81** - Se o projeto de lei orçamentária não for encaminhado para sanção do Chefe do Poder Executivo até último dia do corrente exercício, será o mesmo sancionado e promulgado "*ipsi litere*" a proposta orçamentária original, sendo a programação dela constante executada somente após publicação de tal lei municipal no Diário Oficial do Estado, sob pena de nulidade do ato praticado pelo Prefeito Municipal.

**Art. 82** - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar as metas estabelecidas, os poderes Executivo e Legislativo de forma proporcional às suas dotações adotarão o mecanismo de limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas:

- I - redução de gastos com combustíveis para a frota de veículos;
- II - racionalização dos gastos com diárias e viagens;
- III - eliminação de possíveis vantagens concedidas à servidores;
- IV - redução de investimentos programados (aquisição de equipamento e maquinas em geral);
- V - contingenciamento das dotações para material de consumo e outros serviços das diversas atividades;

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

VI - eliminação com despesas com horas extras;

VII - obras em geral, desde que ainda não iniciadas; e

VIII - exoneração de servidores ocupantes de cargos comissionados.

**§ 1º** - Não serão objeto de limitação de empenhos as despesas que representem obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, incluindo-se as despesas com pessoal e encargos sociais.

**§ 2º** - Na limitação de empenho observar-se-á a restrição menos onerosa, em obediência ao princípio da razoabilidade.

**Art. 83** - Para efeito do disposto no art 42 da Lei Complementar nº 101/2000:

I - considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere; e

II - no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, considerando-se compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observando o cronograma pactuado.

**Art. 84** - A administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar os custos de cada ação governamental.

**Art. 85** - Entende-se, para efeito do § 3º, do Art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, como despesas irrelevantes, aquelas cujos valores não ultrapassem, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93.

**Art. 86** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Paço do Poder Executivo Municipal de Coreaú - Estado do Ceará**  
**Em, 23 de junho de 2009.**

  
**CARLOS RONER FÉLIX ALBUQUERQUE**  
Prefeito Municipal  
Carlos Roner Felix Albuquerque  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF: 739.137.073-87

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

Lei Municipal nº 0506/2009, de 23/06/2009  
L.D.O. 2010

### Anexo I – Demonstrativo de Projetos e Atividades

#### 1. Projetos

04.122.0061.1	ADM-REF E AMPL DO CENTRO ADMINISTRATIVO
08.244.0068.1	FAS-CONST E REF DE UNIDS DE ASSISTENCIA SOCIAL
10.301.0068.1	FMS-CONST, REF E AMPL DE UNIDS DE SAUDE
10.301.0181.1	FMS-AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE SAUDE
10.302.0181.1	FMS-REF E EQUIP HOSPITAL MUNICIPAL
12.361.0068.1	FME-CONST, REF E AMPL DE ESCOLAS
12.361.0068.1	FEB-CONST, REF E AMPL DE ESCOLAS
12.365.0068.1	FME-CONST, REF E AMP DE CENTROS DE EDUCACAO INFANTIL
12.365.0068.1	FEB-CONST, REF E AMP DE CENTROS DE EDUCACAO INFANTIL
15.122.0068.1	ADM-OBRAS E INSTALACOES DE PEQUENO PORTE
15.451.0284.1	ADM-CONST, REF E CONSERV DE PRACAS E CANTEIROS
15.451.0285.1	ADM-PAVIMENTACAO DE VIAS E LOGRADOUROS
16.244.0301.1	ADM-CONST E MELHORIA DE MORADIAS POPULARES
17.244.0321.1	ADM-CONST DE UNIDADES SANITARIAS
17.244.0322.1	ADM-IMPLANT E AMPL DE REDES DE ABASTECIMENTO D'AGUA
17.512.0324.1	ADM-DRENAGEM E ESGOTAMENTO SANITARIO DE AREAS URBANAS
18.542.0346.1	ADM-ACOES DE ARBORIZACAO E PROTECAO DO MEIO AMBIENTE
20.544.0345.1	ADM-CONST DE ACUDES, POCOS, BARRAGENS E CISTERNAS
23.601.0384.1	ADM-CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO DO MATADOURO
23.691.0441.1	ADM-CONST E REF DE MERCADOS PUBLICOS E FEIRAS LIVRES
25.752.0482.1	ADM-IMPLANT E AMPL DE REDE ELETRICA RURAL
25.752.0483.1	ADM-AMPL DE REDES DE ELETRIFICACAO URBANA
26.782.0501.1	ADM-PAVIMENTACAO, AMPL E MELHORIA DA MALHA RODOV MUNICIPAL
26.782.0501.1	ADM-CONST E RECUP DE OBRAS D'ARTE
27.812.0522.1	ADM-CONST E REF DE PRACAS DESPORTIVAS

#### 2. Atividades

01.031.0001.2	ADM-MANUT E FUNC DAS ATIV LEGISLATIVAS
04.062.0021.2	ADM-APOIO MUNIC NA EXECUCAO DO PROCESSO JUDICIARIO
04.091.0042.2	ADM-FUNC DA PROCURTADORIA E DOS SERV JURIDICOS DO MUNICIPIO
04.121.0064.2	ADM-ELABORACAO ANUAL DO ORCAMENTO PROG DO MUNICIPIO
04.122.0061.2	ADM-MANUT DAS ATIV DO GABINETE DO PREFEITO

  
Carlos Roner Felly Albuquerque  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF: 739.137.073-87



# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

Lei Municipal nº 0506/2009, de 23/06/2009  
L.D.O. 2010

### Anexo I – Demonstrativo de Projetos e Atividades

04.122.0061.2	ADM-MANUT DAS ATIV DO GABINETE DO VICE-PREFEITO
04.122.0061.2	ADM-PARceria E COOPERACAO TECNICA C/ ENTIDADES DIVERSAS
04.122.0061.2	ADM-GERENCIAMENTO E DESENVOLVIMENTO DISTRITAL
04.122.0061.2	ADM-INDENIZACOES E ACORDOS TRABALHISTAS
04.122.0061.2	ADM-MANUT DAS ATIV ADMINISTRATIVAS DO GOVERNO MUNICIPAL
04.122.0064.2	ADM-MANUT DAS ATIV DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
04.123.0063.2	ADM-MANUT DAS ATIV FINANCEIRAS DO GOVERNO MUNICIPAL
04.124.0065.2	ADM-ASSESSORIA E CONSULT CONTABIL E DE GESTAO FISCAL
04.131.0070.2	ADM-ATIV DE PUBLICIDADE E DIVULGACAO OFICIAL DO MUNICIPAL
04.999.9999.2	ADM-RESERVA DE CONTINGENCIA
08.122.0061.2	FAS-GESTAO ADM DOS SERV DE PROMOCAO SOCIAL
08.125.0141.2	FAS-GESTAO DESCENTRALIZADA – IGD/BF
08.243.0142.2	FCA-COMBATE AO ABUSO E EXPL SEXUAL DE CRIANCAS E ADOLESC
08.243.0143.2	FCA-ACOES DE DEFESA DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
08.243.0143.2	FCA-FUNC DO CONSELHO TUTELAR
08.244.0141.2	FAS-ACOES ASSISTENCIAIS
08.244.0145.2	FAS-APOIO A ASSOCIACOES COMUNITARIAS
08.244.0148.2	FAS-FUNC DOS PROG DE PROTECAO SOCIAL BASICA
08.244.0149.2	FAS-FUNC DO PROG DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL
10.122.0061.2	FMS-GESTAO ADM DA SECRETARIA DE SAUDE
10.301.0182.2	FMS-FUNCIONAMENTO DO PSF
10.301.0183.2	FMS-FUNCIONAMENTO DO PACS
10.301.0186.2	FMS-FUNCIONAMENTO DO PROG DE ATENCAO A SAUDE BUCAL
10.302.0181.2	FMS-MANUT E FUNC DAS ATIV DO HOSPITAL MUNICIPAL
10.303.0192.2	FMS-PROG DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA
10.304.0185.2	FMS-ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA
10.305.0187.2	FMS-ACOES DE VIGILANCIA E CONTROLE EPIDEMIOLOGICO
11.333.0203.2	FAS-ACOES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL
11.334.0146.2	FAS-ACOES DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA E COMBATE A FOME
12.122.0061.2	FME-GESTAO ADM DA SECRETARIA DE EDUCACAO
12.128.0066.2	FEB-FORMACAO DE PROFISSIONAIS DA EDUCACAO BASICA
12.361.0221.2	FME-DESENVOLV DO ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0221.2	FEB-DESENVOLV DO ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0226.2	FME-TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0226.2	FEB-TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

  
Carlos Róber Felix Albuquerque  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF: 739.137.073-87

# Estado do Ceará

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

Lei Municipal nº 0506/2009, de 23/06/2009  
L.D.O. 2010

### Anexo I – Demonstrativo de Projetos e Atividades

12.361.0227.2	FME-MANUTENCAO DO PNAE
12.361.0228.2	FME-MANUTENCAO DO PDDE
12.361.0229.2	FME-ATIVIDADES DE EDUCACAO COMPLEMENTAR
12.362.0221.2	FME-DESENVOLV DO ENSINO MEDIO
12.362.0226.2	FME-TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MEDIO
12.363.0223.2	FME-INCREMENTO A PROF DE ESTUDANTES DE REDE PUBLICA
12.364.0221.2	FME-APOIO A ESTUDANTES UNIVERSITARIOS
12.365.0221.2	FME-DESENVOLV DA EDUCACAO INFANTIL
12.365.0221.2	FEB-DESENVOLV DA EDUCACAO INFANTIL
12.365.0227.2	FME-MANUTENCAO DO PNAC
12.366.0221.2	FME-DESENVOLV DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS
12.366.0221.2	FEB-DESENVOLV DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS
12.367.0230.2	FME-APOIO E INCREMENTO DA EDUCACAO P/ ALUNOS ESPECIAIS
13.392.0061.2	ADM-GESTAO ADM E INCREMENTO DAS ATIV CULTURAIS
13.392.0243.2	ADM-REALIZACAO DE FESTIVIDADES DA CULTURA POPULAR
14.422.0261.2	FAS-ACOES DE VALORIZACAO E PROTECAO DA CIDADANIA
15.122.0061.2	ADM-GESTAO ADM DO SETOR DE INFRA-ESTRUTURA
15.122.0102.2	ADM-ACOES MUNIC DE APOIO AOS SERV DE SEGURANCA PUBLICA
15.452.0283.2	ADM-MANUT DOS SERV DE LIMPEZA PUBLICA
15.452.0286.2	ADM-PROMOCAO DE SERV BASICOS DE UTILIDADE PUBLICA
19.126.0364.2	ADM-IMPLANT E MANUT DE ACOES DE INCLUSAO DIGITAL
20.122.0061.2	ADM-GESTAO ADM DAS ATIV DE DESENVOLVIMENTO RURAL
20.604.0384.2	ADM-DESENVOLVIMENTO DA PESCA E DA PECUARIA
20.606.0381.2	ADM-ACOES DE INCENTIVO A PRODUCAO AGRICOLA
23.122.0061.2	ADM-GESTAO ADM E INCREMENTO DO TURISMO
26.782.0061.2	ADM-GESTAO ADMINISTRATIVA DOS SERVICOS DE VIACAO
27.812.0521.2	ADM-DESENVOLV DO DESPORTO AMADOR
28.843.0545.2	ADM-GERENCIAMENTO E CONTROLE DA DIVIDA CONTRATADA
28.845.0541.2	ADM-RECOLHIMENTO DE CONTRIBUICOES AO INSS (ADM)
28.845.0543.2	ADM-PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP (ADM)

  
Carlos Ronel Felix Albuquerque  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF: 739.137.073-87